

FERNANDES MORA, "O CONCEITO DE HISTÓRIA". São Paulo: Loyola, 2001

HIPOTIPOSE

1350

Os juízos hipotéticos são os silogismos nos quais a premissa maior é uma proposição hipotética (no sentido amplo indicado no início) e a premissa menor afirma ou cancela uma das partes da premissa maior. Os silogismos hipotéticos são divididos em condicionais, disjuntivos e conjuntivos de acordo com o conectivo empregado na premissa maior. Com isto se distingue também silogismo hipotético em geral de silogismo condicional.

Na lógica atual, os silogismos hipotéticos constituem leis da lógica sentencial também chamadas leis de transitividade. A expressão simbólica dessas leis é:

$$\begin{aligned} &((p \rightarrow q) \wedge (q \rightarrow r)) \rightarrow (p \rightarrow r), \\ &((p \leftrightarrow q) \wedge (q \leftrightarrow r)) \leftrightarrow (p \leftrightarrow r). \end{aligned}$$

Como se pode perceber, ao contrário dos silogismos assertóricos apresentados na lógica quantificacional elementar, os antecedentes e os conseqüentes dos condicionais e dos bicondicionais são enunciados tomados em conjunto (e simbolizados mediante letras sentenciais) e não enunciados nos quais se manifesta a composição (e simbolizados mediante letras predicadas e letras argumentos quantificadas).

Para o sentido de 'hipotético' baseado em uma hipótese, ver o verbete sobre este último conceito.

HIPOTIPOSE. O termo grego ὑποτύπωσις significa "esboço" (no plural, ὑποτύπώσεις, "esboços"). Esse termo é conhecido na história da filosofia sobretudo pelos usos feitos dele por Sexto Empírico e por Kant. Sexto Empírico escreveu uma obra intitulada Πυρρώνειοι ὑποτύπώσεις ou *Esboços pirrônicos*. Também outros autores (por exemplo, São Clemente e Proclo) usaram o vocábulo ὑποτύπωσης em títulos de obras, mas estas são menos conhecidas que a de Sexto Empírico. O vocábulo ὑποτύπωσης corresponde nesses títulos ao que queriam dizer os retóricos e gramáticos ao definir a hipotipose como um modo bem "marcado" e "articulado" de apresentar um argumento ou uma série de argumentos (ver Quintiliano, *Institutiones oratoriae*, IX ii 4).

Kant utilizou o vocábulo em questão na *Crítica do juízo* (§ 59). Ao falar da beleza como símbolo da moralidade, Kant escreveu o seguinte: "Toda hipotipose (exposição, *subiectio sub aspectum*) como ilustração [*Ver-sinnlichung*] é dupla. Ou é *esquemática*, porquanto a um conceito que o entendimento apreende se lhe dá *a priori* a intuição correspondente; ou é *simbólica*, porquanto a um conceito que apenas a razão pode pensar e que não se adequa a nenhuma intuição sensível se lhe proporciona uma intuição tal que o procedimento de tratar com ela é meramente análogo ao observado no esquematismo, isto é, tal que o que coincide com o conceito é meramente a regra desse procedimento e não a intuição mesma, de modo que o acordo é meramente com a forma da reflexão e não com o conteúdo". Tra-

ta-se, portanto, de estabelecer a possibilidade de um modo ou procedimento de representação comparável ao esquema (VER). Segundo Kant, tanto o modo de representação (intuitivo) esquemático como o simbólico são "hipotiposes", ou seja, exposições ["apresentações"] (*exhibitioes*) e não "meros sinais".

HISTÓRIA. O termo grego ἱστορία significa "conhecimento adquirido mediante investigação", "informação adquirida mediante busca". Este é o sentido que tem ἱστορία no tratado aristotélico Περὶ τὰ ζῶα ἱστορία, *Historia animalium*. Como a investigação ou a busca referidas costumam ser expressas mediante narração ou descrição dos dados obtidos, 'história' passou a significar "relato de fatos" em uma forma ordenada, e especificamente em ordem cronológica.

Sendo a história um conhecimento de fatos ou de acontecimentos e, em certa medida, um conhecimento de "coisas singulares", o vocábulo 'história' foi usado em diversos contextos. Francis Bacon concebia a história como o conhecimento de objetos determinados pelo espaço e pelo tempo. Tratava-se de um conhecimento de fatos e não de "essências" ou de "naturezas". Por isso a história se divide, segundo Bacon, em três grandes setores: a história da Natureza, a história do homem e a história sagrada. Ainda é comum distinguir a "história natural" da "história humana", mas há uma tendência a usar "história" somente com relação a assuntos humanos. Neste verbete trataremos da história primordialmente como "história humana". Abordaremos tanto a história propriamente dita — ou o conteúdo da historiografia — como a historiografia (disciplinas históricas, ciências históricas etc.). De acordo com uma das "Observações" que figuram no início deste Dicionário, grafaremos "história" ao nos referirmos à realidade histórica, e "História" ao nos referirmos à ciência histórica ou historiografia. Todavia, essa convenção em alguns casos não é suficiente. Com efeito, na chamada "filosofia da história" trata-se tanto da realidade histórica como das disciplinas históricas, sendo às vezes difícil distingui-las. O inconveniente acarretado por essa freqüente ambigüidade é amiúde compensado com uma vantagem: a de que, a rigor, certos conceitos se referem tanto à "história" como à "História" e às relações entre ambas.

Aqui nos ocuparemos da história — e da História — enquanto objeto de reflexão filosófica. Essa reflexão recebeu, a partir de Voltaire, o nome de "filosofia da história". Sob esse nome se entendem investigações, análises e especulações muito diversas. Elas serão aqui ordenadas em duas seções: (I) Filosofia formal da história (e, reiteramos, da História) e (II) Filosofia material da história. Os adjetivos 'formal' e 'material' são usados como cômodos e relativamente adequados, mas seu significado é aqui mais amplo — e, inevitavelmente, mais vago — que em outros contextos. Com efeito, sob o nome 'formal' entendemos todas as investigações,

análises e até especulações que se ocupam da natureza da realidade histórica, dos fatos históricos, dos conceitos fundamentais da História etc., independentemente da história concreta, usualmente mencionada como exemplo e esclarecimento das noções apresentadas. Sob o nome 'material' entendemos todas as investigações, análises e, sobretudo, especulações que têm como objeto direto a história "concreta" e almejam ordenar os fatos históricos de diversos modos. A filosofia formal da história (e da História) é principalmente — mas não exclusivamente — de caráter crítico; a filosofia material da história é principalmente — mas não exclusivamente — de caráter especulativo. A filosofia formal ocupa-se principalmente de conceitos; a material, principalmente de fatos.

Embora mantenhamos a mencionada divisão da filosofia da história em duas seções, não esqueceremos que se trata de uma divisão em grande parte convencional. Com efeito, não é raro que problemas "materiais" se misturem com problemas "formais" e vice-versa. A dificuldade de distinguir o "formal" do "material" no sentido aqui introduzido se manifesta também na exposição das idéias dos próprios filósofos da história. Santo Agostinho, Hegel, Spengler, Toynbee etc. são considerados filósofos "materiais" da história, mas há neles abundantes considerações do tipo que chamamos de "formais". Por outro lado, Rickert, Collingwood e filósofos "analíticos" como Hempel, Mandelbaum etc. são considerados filósofos "formais" da história, mas há em alguns deles certas considerações que implicam idéias sobre a "filosofia material da história".

(1) Começaremos com a filosofia formal da história. Como indicamos, o mais característico dela é que, em vez de tratar de ordenar a história "concreta", de interpretá-la e talvez buscar seu "sentido último", ela se ocupa dos conceitos por meio dos quais se entende ou se pode entender a realidade histórica, assim como dos conceitos básicos usados na História (ou historiografia). Os problemas da filosofia formal da história (e da História) podem ser classificados nos seguintes grupos:

Problemas ontológicos. Algumas das questões levantadas a esse respeito são as seguintes: que tipo de realidade é a realidade histórica?; em que se distingue a realidade histórica da realidade natural?; qual é a natureza dos fatos históricos?

As respostas dadas a essas perguntas e a outras similares são múltiplas. Mencionemos algumas delas a modo de exemplo. Segundo alguns, a realidade histórica é uma realidade *sui generis*, distinta de quaisquer outras realidades. A chamada "historicidade" não é, de acordo com isso, uma mera característica formal do histórico, mas algo como o *constitutivum* da realidade histórica. Segundo outros, a realidade histórica não se distingue fundamentalmente de outras realidades e até pode ser reduzida em última análise à realidade natural. Certos autores indi-

cam que os fatos ou acontecimentos históricos são únicos e irrepetíveis, enquanto os fatos ou acontecimentos naturais são repetíveis. Desse modo, a História é uma ciência idiográfica enquanto a física e outras disciplinas naturais são ciências nomotéticas (ver NOMOTÉTICO).

Problemas epistemológicos. Estes problemas frequentemente pressupõem algumas das questões anteriores, mas podem ser formulados separadamente. Os problemas epistemológicos concernem principalmente à relação entre o sujeito cognoscente e o objeto conhecido (ou cognoscível) no campo da história. Algumas das questões levantadas a esse respeito são as seguintes: o conhecimento histórico é um conhecimento de leis?; é um conhecimento "imediatamente" fundado em alguma forma de "experiência humana"?; o material histórico é fundamentalmente conceituável ou simplesmente intuível?; há na História categorias? quais seriam elas?; a História é uma "ciência social"?; o que é a verdade histórica e como difere (no caso de diferir) de outras concepções sobre a verdade?; os juízos históricos referem-se somente a indivíduos ou a algum tipo de "universais"?; as leis históricas são distintas ou não das leis naturais?

Há também respostas muito diversas a essas questões. Limitemo-nos a mencionar algumas delas. Segundo vários autores, o conhecimento histórico é conceituável, embora de modo distinto do natural. Outros indicam que é conceituável de modo semelhante, ou idêntico em princípio, ao natural. Outros declaram que não é conceituável e que é simplesmente direto ou "intuitivo". Para alguns, a História é redutível a alguma "ciência social", tal como a sociologia, de modo que as leis sociológicas podem, em princípio, explicar inteiramente os acontecimentos históricos. Para outros, a História não é redutível a nenhuma outra ciência, seja por seu caráter peculiar, seja porque, em última análise, não é propriamente uma "ciência".

Indicamos anteriormente que muitos dos problemas epistemológicos estão estreitamente ligados aos que chamamos de "problemas ontológicos"; algumas das questões citadas mostram que isso efetivamente ocorre. Poderíamos acrescentar a isso outras questões difíceis de classificar como epistemológicas ou como ontológicas e que poderiam ser chamadas de "críticas"; são questões como as seguintes: há fatores causais primários na história?; caso eles existam, trata-se de fatores "materiais" (como as relações econômicas, as raças etc.) ou "ideais" (como as ideologias, o "espírito da época" etc.)?; em que consiste propriamente a explicação histórica?; os fatos históricos são explicados mediante leis semelhantes — embora não necessariamente idênticas — às leis naturais, ou mediante uma espécie de "sentido"?

Problemas metodológicos. Alguns filósofos da história ocuparam-se, às vezes, dos chamados "métodos da historiografia", tais como a crítica das fontes e outras questões. Não consideramos que esses problemas sejam

propriamente filosóficos. Por outro lado, há problemas de filosofia formal da história de caráter metodológico, tais como os possíveis métodos de apresentação e de organização do material histórico (indução, dedução, descrição, classificação etc.). Observar-se-á que esses problemas também são em grande medida epistemológicos.

Na época atual, os problemas que costumam ser mais freqüentemente tratados na filosofia formal da história são por exemplo: a natureza dos fatos históricos e a possível diversidade de "tipos" de fatos históricos; as linguagens da História; o sujeito ou os sujeitos da história; a explicação histórica. Infelizmente, não podemos entrar em cada um deles. A alguns nos referimos em outros verbetes deste Dicionário (ver, por exemplo, *FATO*). Contudo, procuraremos dar uma idéia da natureza de vários desses problemas e de algumas das soluções propostas para eles por meio de uma classificação de "escolas" na filosofia formal da história. Limitar-nos-emos a "escolas" hoje vigentes ou ao menos cujas posições sejam ainda objeto de discussão. Como para as outras classificações e divisões propostas no verbe- te, reconhecemos que a ora introduzida tem muito de convencional.

Por um lado, há o que podemos chamar de "escola ontológica" e "antropológica" e também "filosófico-antropológica". Ela se ocupa principalmente da natureza do homem e da essência da historicidade ou do histórico. Os pensadores agrupados nessa "escola" — que, evidentemente, não é uma escola em sentido estrito, mas um mero princípio de classificação — podem ser colocados sob o rótulo "historicismo" (VER), num sentido muito amplo desse termo. Na escola em questão há pelo menos quatro variantes.

A primeira é a exemplificada por nomes como Dilthey e Ortega y Gasset. Segundo Dilthey, aquilo que o homem é, ele é, ou, melhor, ele experimenta (*erfährt*) somente em e por meio da história (*durch die Geschichte*). Para Ortega y Gasset, o homem não tem propriamente natureza, mas história. Às vezes, como acontece em Dilthey e em muitos de seus seguidores, o ponto de vista ontológico se combina com um ponto de vista epistemológico (e freqüentemente o primeiro é determinado pelo último). Às vezes o significado de 'histórico' não é nessa escola perfeitamente claro: 'histórico' também pode significar 'cultural'.

A segunda variante é a exemplificada por diversas formas do marxismo. Embora este último seja fundamentalmente uma filosofia material da história (ver *infra*), e embora seus representantes rejeitem adjetivos como 'ontológico' e até 'historicista', ele também pode ser considerado uma das variantes do grupo de que agora tratamos na medida em que se fundamenta em uma série de conceitos relativos ao modo de entender a realidade humana. Ainda que esta seja concebida como uma realidade natural, ela o é em um sentido muito

distinto do naturalismo mecanicista. De qualquer modo, o marxismo insiste no histórico como processo dialético sem o qual o homem não se constituiria e pelo qual o homem alcançará finalmente sua liberdade na sociedade sem classes.

Outra variante é exemplificada por Troeltsch, Mannheim e outros autores. Segundo ela, todo modo não-histórico de considerar o homem é uma simplificação racionalista. O comportamento humano é explicável somente por meio do desenvolvimento histórico concreto; por isso os acontecimentos humanos são declarados verdadeiros em sua história e não fora dela. O que existe fora da história é irreal e utópico.

Por fim, temos a variante exemplificada por Heidegger. Segundo ela, há um elemento de historicidade no *Dasein* (VER), o qual está enraizado na temporalidade. A historicidade (VER) é, desse modo, a "abertura" do campo de toda história possível.

Por outro lado, existe o que se pode chamar de "escola epistemológica". Essa expressão é particularmente insuficiente porque alguns dos mais destacados "representantes" dessa "escola" também são representantes da "escola ontológica". Isso ocorre, por exemplo, com Dilthey e Mannheim. Nessa escola há ao menos três variantes.

Em primeiro lugar, a exemplificada por Dilthey e por Mannheim. Consiste em afirmar que há dois lados do *globus intellectualis*: as ciências da Natureza e as ciências do espírito (ver ESPÍRITO, ESPIRITUAL). Estas últimas são ciências nas quais em vez de um explicar (*erklären*) há um compreender (*verstehen*) [ver COMPREENSÃO] e também um interpretar (ver HERMENÊUTICA). Interpretar é decifrar compreensivamente o que significam os "signos" enquanto "signos históricos". Os objetos históricos aparecem como sistemas de "signos" mediante os quais se pode reconstruir compreensivamente o passado.

Mannheim destacou essa posição do seguinte modo: na história a realidade do "conhecedor" é fundamental, não na medida em que falseia o que é conhecido, mas enquanto pertence à realidade do que é conhecido. Assim, 'verdadeiro' e 'falso' não têm na História o mesmo sentido que têm em outras realidades, pois o que é "falso" pode influenciar os desenvolvimentos históricos tanto ou mais do que aquilo que é "verdadeiro". Há, portanto, um elemento "ativista" no conhecimento histórico. As idéias de Mannheim a esse respeito foram elaboradas em função da sociologia, especialmente da chamada "sociologia do conhecimento" ou "sociologia do saber" (ver SABER), mas podem ser aplicadas também à história.

Uma segunda variante é exemplificada por diversas formas mais ou menos atenuadas de neokantismo. Os principais representantes dessa variedade são Windelband, Rickert e Cassirer. Seu problema capital é o de como a História é possível enquanto ciência. Isso significa investigar se há categorias específicas do histórico.

canicista. De qualquer modo, histórico como processo dialéti-

É comum a esses pensadores considerar que os juízos históricos estão relacionados com juízos de valor, de modo que fundamentam o conhecimento histórico em uma axiologia (e particularmente em uma axiologia "objetivista"). Também é comum a eles distinguir "ciências naturais" de "ciências culturais", estando a História entre estas últimas.

Descreveremos brevemente algumas das idéias desses representantes. O mais característico em Windelband é a já mencionada distinção entre ciências nomotéticas (nas quais intervêm leis e predições) e ciências idiográficas (fundadas na investigação de "formas" enquanto estruturas que possuem traços "únicos"). O mais característico em Rickert é a distinção entre universalização e individualização, entre explicação causal e descrição, entre "ausência de valores" e "presença de valores". Em Cassirer é a distinção entre o método baseado na noção de causa e o método baseado na noção de forma. Este último método usa conceitos como os de estrutura e campo. O método baseado na "forma" equivale a um estudo e a uma interpretação dos processos de simbolização.

Em terceiro lugar temos a variante exemplificada por Croce e por Collingwood, e, em geral, pela chamada "posição idealista". Essa variante apresenta idéias semelhantes às defendidas pelo que chamamos de "formas mais ou menos atenuadas de neokantismo". Suas principais teses são as seguintes:

- 1) Entender algo historicamente equivale a revivê-lo, ou seja, a torná-lo presente; caso contrário, não entendemos, mas simplesmente descrevemos. A história é, como diz expressamente Collingwood, "a reatualização do passado".
- 2) A história é história do "pensamento". Isso significa que os acontecimentos históricos (como as obras de arte, as instituições políticas e outros) não têm sentido a menos que sejam interpretados como "pensamentos" de alguém (o vocábulo 'pensamento' é entendido em um sentido muito amplo, que inclui atos de vontade, propósitos, sentimentos etc.). Os "objetos" históricos sem "pensamentos" não são propriamente históricos. Por outro lado, certos objetos ou acontecimentos naturais (por exemplo, um terremoto) podem converter-se em acontecimentos históricos na medida em que sejam "pensados".

O pensamento é, portanto, experiência histórica. E somente quando se re-vive essa experiência histórica está-se escrevendo História. O resto é mera arqueologia ou, como diria Croce, "crônica". A história é, pois, algo "interno" e não algo "externo".

Por fim, há o que podemos chamar de "escola analítica", especialmente vigente nos países anglo-saxões. Essa escola não se ocupa da estrutura ou da natureza da realidade histórica, e em geral nega que haja diferença básica entre ciências naturais e ciências históricas.

Ela também se caracteriza por seu interesse por certos problemas (sobretudo o interesse pelo problema da "natureza da explicação histórica" e, naturalmente, por uma certa linguagem ou tom eminentemente "crítico"). Apresenta ao menos duas variantes.

Uma delas é a exemplificada por autores como C. G. Hempel e P. Gardiner. Segundo esses autores, os acontecimentos históricos são explicáveis por meio de leis gerais — ou: os acontecimentos históricos devem (ou deveriam) ser deduzidos de leis gerais. A explicação histórica é, desse modo, idêntica à explicação científica (ou científico-natural).

A outra é a exemplificada por autores como William Dray e, em parte, Maurice Mandelbaum. Esses autores foram qualificados (pelo próprio Mandelbaum) de "reacionistas", pois, embora aceitem o caráter científico da explicação histórica, reagem ao extremismo de Hempel e de Gardiner em vários aspectos, por exemplo indicando que as leis explicativas que se pretendem usar como apoio são ou excessivamente gerais, ou excessivamente específicas. Além disso, eles indicam que na história não se trata somente da explicação legal, mas que há outros "modelos" de explicação histórica, tais como a "série contínua" e outros. Alguns autores, como A. C. Danto, expressam opiniões similares. Outros, como W. H. Walsh, aproximaram-se da posição idealista, mas sem abandonar a atitude crítica e analítica. Isaiah Berlin poderia ser considerado em parte um dos "reacionistas", mas, sem aderir de forma alguma ao idealismo, vai "mais além" deles na medida em que se opõe a toda tentativa de formular "leis" na história e especialmente a toda tentativa de confirmar a tese do "determinismo histórico".

(II) Abordaremos agora alguns aspectos da filosofia material da história. Certos problemas tratados pelos filósofos que iremos considerar também foram elucidados pelos pensadores que elaboraram uma filosofia formal da história. Isso ocorre, por exemplo, com a questão dos fatores causais e, particularmente, dos fatores causais últimos na história. As filosofias materiais da história baseiam-se em boa parte na idéia de que há alguma constância nos fatores causais. A filosofia material da história ocupa-se também, explícita ou implicitamente, da questão do "sentido da história". A filosofia material da história coincide em grande parte com o que chamamos de "meta-história" (VER).

Um modo de tratar a filosofia material da história é descrever a sucessão histórica de filosofias materiais da história, seja das filosofias individuais, como Santo Agostinho, Vico, Bossuet, Voltaire, Hegel etc., seja das grandes concepções histórico-filosóficas em certas culturas ou em certos períodos, como nas chamadas "concepção judaica", "concepção cristã" etc. Outro modo de tratar a filosofia material da história é proceder a uma ou a várias classificações de filosofias da história ou de "visões da história" (como poderiam ser chamadas essas

filosofias materiais da história). Adotaremos esse segundo procedimento e mencionaremos duas possíveis classificações.

A primeira classificação baseia-se no fator capital que se considere como motor do desenvolvimento histórico. Pode-se falar então de uma concepção (ou visão) teológica, de uma concepção metafísica e de uma concepção naturalista da história. A concepção teológica é a daquelas doutrinas que explicam a história humana como a realização de desígnios de uma Providência, ou como uma "marcha" rumo a um "reino divino" (transcendente à história). A concepção metafísica é a daquelas doutrinas que estabelecem uma entidade metafísica — a Vontade, a Idéia, o Inconsciente etc. — no centro produtor da história, de tal modo que esta é concebida como a realização ou a auto-realização dessa entidade metafísica. A concepção naturalista é a daquelas doutrinas que erigem um ou vários dos chamados "fatores reais" em motores efetivos do desenvolvimento histórico, ou convertem a história em um desenvolvimento inexorável de etapas como a infância, a juventude e a maturidade da humanidade. Entre as concepções naturalistas figuram as que se fundamentam em fatores como as relações econômicas, as raças, as condições geográficas etc. Alguns autores (como Max Scheler) denunciaram essas concepções como insuficientes, mas nem por isso aderiram às teorias de caráter teológico ou metafísico. Para Scheler, a história se explica como uma conjunção de fatores reais e determinações ideais. Os primeiros possuem a força; as segundas imprimem a direção.

Algumas das concepções que elegeram como fator principal da história um elemento muito básico, tal como as raças (Gobineau), o impulso sexual (concepções derivadas do freudismo) e as relações econômicas (marxismo), obtiveram grande prestígio. Esta última concepção sobretudo teve e tem grande influência; referimos especificamente a ela em vários verbetes (por exemplo, em MARXISMO e em MATERIALISMO). Típico de todas essas concepções e particularmente do marxismo — e especialmente do aspecto do marxismo chamado "materialismo histórico" — é o fato de considerar o fator real escolhido como o que constitui a infraestrutura histórica, explicando-se as diversas manifestações culturais (arte, religião etc.) como superestruturas dessa infraestrutura. Isso não significa que a relação entre a infraestrutura e as superestruturas seja simples ou fácil; com efeito, muitos autores reconhecem que as superestruturas históricas têm, ou podem ter, uma realidade e uma evolução "próprias" e tanto mais independentes da infraestrutura quanto mais "afastadas" estiverem dela. Assim, por exemplo, se se considera que a infraestrutura são as relações econômicas, pode-se admitir que a arte está ligada muito estreitamente com a infraestrutura, mas que o está menos, por exemplo, a ciência "abstrata", e particularmente a lógica ou a matemática.

A segunda classificação de filosofias materiais da história baseia-se na "forma" do desenvolvimento histórico. Podemos considerar de início duas dessas "formas": a linear e a cíclica.

Na forma linear concebe-se a história como um desenvolvimento contínuo, ou mais ou menos contínuo, ao longo de certas "fases" ou "etapas". Consideramos dois grupos de desenvolvimento linear: no primeiro destaca-se um fato histórico que se considera central e decisivo, uma espécie de "nú" da história; no segundo, insiste-se nas "fases" ou "etapas" sem destacar necessariamente um fato central.

Quando o fato central é de caráter político — em um sentido muito amplo de 'político' — temos concepções da história como a de Políbio. Para esse autor, a história é uma "marcha" rumo à unificação do mundo sob o poder romano. Quando o fato central é de caráter religioso temos concepções da história como a dos hebreus e a chamada "concepção cristã", especialmente como foi apresentada por Santo Agostinho e por Bossuet. Trata-se então de uma concepção "providencialista", na qual se ressalta fortemente o caráter temporal, dramático e irreversível do histórico. Especialmente importante é a concepção de Santo Agostinho à qual nos referimos mais detalhadamente nos verbetes sobre esse pensador e sobre a CIDADE DE DEUS. A história é, para Santo Agostinho, a história do modo como as "duas cidades" estão misturadas na Terra. Contrariamente ao que ocorre em algumas das interpretações naturalistas antes citadas, na concepção agostiniana os fatores políticos, econômicos, sociais etc. são como que a superestrutura não de uma infra-estrutura natural, mas de um "desígnio mais elevado".

Quando se consideram especialmente as "fases" ou "etapas" temos muito diversas concepções possíveis da história de acordo com o aspecto histórico ou com o fator histórico que se destaque mais. Desse modo, temos concepções culturais como muitas do século XVIII (Condorcet, Voltaire) e, em geral, todo o "progressismo"; concepções "bioculturais", como a exemplificada por Herder (ver): a história aparece aqui como um desenvolvimento que parte da infância e chega à maturidade do "gênero humano"; concepções metafísicas como as de Fichte e de Hegel; concepções que podem ser chamadas de "sociais", como as de Comte e de Marx.

Cada uma dessas filosofias ou "visões" da história é muito complexa e não é explicada apenas com uma classificação em um grupo de interpretações da história. Todavia, não daremos aqui maiores esclarecimentos por termos dedicado verbetes específicos a cada um dos autores mencionados. Indicaremos apenas que, mesmo nos casos em que se destaca fortemente uma linha ininterrupta de evolução histórica, não se exclui por isso a possibilidade de "avanços" e "retrocessos". Além disso, algumas das filosofias mencionadas podem ser qualifi-

"recaídas" etc. Podem ser intrinsecamente complexas, como fez Lotze (*Mikrologie*) do caráter epicyclóide do des-

cadadas de "progressistas" e de "otimistas" (como muitas das que foram formuladas no século XVIII); outras, em contrapartida, podem ser qualificadas de "pessimistas". Nestas últimas há também a idéia de um desenvolvimento histórico, mas rumo a fases cada vez mais "decadentes". Encontramos um exemplo da concepção "pessimista" e "decadentista" em Rousseau. Idéias desse tipo também podem ser encontradas em autores como Ludwig Klages (ver) e Theodor Lessing (ver). Também se pode considerar como "pessimista" em grande parte a concepção "tradicionalista" da história (de Bonald, de Maistre, Donoso Cortés). Embora estes últimos autores também sejam "providencialistas", o são em um sentido muito especial, pois para eles a história é uma espécie de "castigo". Especificamente, para os citados autores a "revolução" é um castigo imposto por Deus aos homens por se terem separado das verdadeiras crenças e do tipo de sociedade considerada por eles como a "sociedade perfeita".

No que diz respeito à forma cíclica, ela consiste essencialmente em admitir que a história se desenvolve em etapas ou fases, mas que estas se repetem, seja em certas culturas, em certas sociedades ou em certos períodos. Também temos dois grupos de desenvolvimento cíclico.

Um desses grupos baseia-se especialmente em fatores sociológicos e culturais. Exemplos são autores como Abenaldun e Vico. O outro grupo baseia-se principalmente na idéia das culturas ou civilizações; representantes dele são Spengler e Toynbee. Também nos referimos às concepções correspondentes nos verbetes dedicados a esses autores.

As concepções cíclicas são importantes na medida em que destacam a unidade do "complexo cultural" de cada fase. Por outro lado, tendem a considerar a história de modo um tanto artificial, por seu interesse em ver a repetição, em cada cultura, civilização ou período, das mesmas "fases". Naturalmente, alguns autores (como Toynbee) assinalam que não há nenhuma necessidade estrita de que cada cultura passe sempre pelas fases admitidas como "modelo"; uma cultura pode "deter-se" ou "ligar-se" a outra. Observemos que os autores que defendem um desenvolvimento linear às vezes tendem a admitir a possibilidade de que esse desenvolvimento se transforme em cíclico.

Combinações das idéias linear e cíclica, e das concepções progressista e decadentista, podem permitir várias visões mais complexas para cada uma das quais se pode encontrar uma "forma", "modelo" ou "figura". Assim, pode-se falar de desenvolvimento histórico em espiral (positiva), ou em forma de constantes e periódicas "recaídas" etc. Podem ser introduzidas figuras mais complexas, como fez Lotze (*Mikrokosmos*, V, ii, 1) ao falar do caráter epiciclóide do desenvolvimento histórico.

A divisão aqui estabelecida da filosofia da história em uma parte formal e em uma parte material destacou os aspectos mais próprios de cada um dos estudos correspondentes em detrimento das muitas relações que há entre ambas. Essas relações podem ser claramente percebidas quando são considerados alguns problemas com suficiente amplitude. Desse modo, por exemplo, o problema de haver ou não fatores causais primários na história, embora em princípio pertencente à filosofia formal da história, não pode ser tratado adequadamente a menos que se leve em conta parte do material tratado em algumas filosofias materiais da história. Por outro lado, as filosofias materiais da história pressupõem o estudo de muitos problemas de natureza "formal". Limitando-nos a um caso, indiquemos que muitas das filosofias materiais da história pressupõem que a história está de algum modo "determinada". Ora, a muito debatida questão acerca do "determinismo na história" implica problemas muito complexos que se referem à explicação histórica, à causalidade histórica, aos vários modos de organização do material histórico etc.; todos eles problemas que as filosofias formais da história tentaram elucidar.

➔ Embora a bibliografia esteja dividida em seções, deve-se levar em conta que alguns dos trabalhos mencionados poderiam figurar sob mais de uma epígrafe. Não damos títulos de obras de muitos dos filósofos aos quais nos referimos no texto por constarem nas bibliografias dos verbetes a eles consagrados. A revista *History and Theory*, publicada desde 1961, inclui cadernos especiais com bibliografia: Beiheft 1, comp. John C. Rule (de 1945 a 1957), 1961 [suplemento em Beiheft 3]; Beiheft 3, comp. M. Nowicki (de 1958 a 1961), 1964; Beiheft 7, comp. Lewis D. Wurgaft (de 1962 a 1965), 1967; Beiheft 10, comp. Lewis D. Wurgaft et al. (de 1966 a 1968 e addenda 1965), 1970; Beiheft 12, comp. Astrid Witsch-Bernz (de 1500 a 1800), 1972.

Natureza da história e do histórico; o homem como ser histórico; o homem e a história; ontologia da história: Wilhelm Dilthey, *Der Aufbau der geschichtlichen Welt in den Geisteswissenschaften*, I, 1910; reimp. em *Ges. Schriften*, VII. — Johannes Thyssen, *Die Einmaligkeit der Geschichte*, 1924. — Max Scheler, "Mensch und Geschichte", em *Die Neue Rundschau* (novembro, 1926); reimp. em *Philosophische Weltanschauung*, 1929, pp. 15-46. — Kurt Breysig, *Vom geschichtlichen Werden*, 3 vols. (I. *Persönlichkeit und Entwicklung*, 1925; II. *Die Macht des Gedankens in der Geschichte. In Auseinandersetzung mit Marx und Hegel*, 1926; III. *Der Weg der Menschheit*, 1928). — Id., *Der Werdegang der Menschheit vom Naturgeschehen zum Geistgeschehen*, 1935. — Id., *Psychologie der Geschichte*, 1935. — Nicolai Hartmann, *Das Problem des geistigen Seins*, 1933. — H. Lambert, *The Nature of History*, 1933. — Franz Böhm, *Ontologie der Geschichte*, 1933. — E. Metzke,